

## **BRASIL IMPERIAL: UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO**

### **META**

Discutir alguns aspectos da sociedade brasileira, buscando identificar neles mudanças que refletem o ajustamento do Brasil ao capitalismo e à mentalidade burguesa.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

analisar o processo de urbanização como desdobramento do trabalho livre, da política de imigração e do avanço industrial;

situar o papel reservado à mulher e à família na nova sociedade brasileira do final do século XIX.

averiguar a situação dos ex-escravos após a emancipação.



O Rio de Janeiro no século XIX  
(Fonte: [www.jeocaz.files.wordpress.com](http://www.jeocaz.files.wordpress.com) )

### INTRODUÇÃO

Caros alunos. Como uma das autoras do livro *História das mulheres no Brasil*, Maria Ângela D’Incao abre o capítulo *Mulher e família burguesa*, com o trecho que reproduzimos:

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. (2006, p. 223).

Considerando a abrangência do tema, tivemos que fazer algumas escolhas. Nesse caso, optamos por tratar da urbanização e situar, nos núcleos urbanos que se projetam mais para o final do século XIX, o papel reservado à família, à mulher, à criança e ao ex-escravo. Para isso, faremos uso de textos escritos por especialistas nas questões referidas.

Ao longo do século XIX o Brasil se tornou sede do Império português, alcançou independência política, organizou-se como Monarquia, depois como República, envolveu-se em guerras, viveu o sucesso da cafeicultura, o início da industrialização, aboliu o trabalho escravo, recebeu imigrantes de diversas nacionalidades e, junto, línguas, hábitos, tradições, diferentes dos que aqui dominavam.

Para ajustar o país à nova ordem econômica internacional, dominada pelo capitalismo, além das mudanças na economia, aqui capitaneadas pela cafeicultura e industrialização, fez-se necessária a imposição do trabalho livre, assalariado, a disponibilidade de trabalhadores em maior número e mais qualificados e uma nova distribuição regional da mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho. A sociedade mudava sua forma de organização: a sociedade rural e senhorial dava lugar à sociedade urbana e burguesa. Junto com a nova ordem vieram outros tipos de relações sociais e a exigência de novos papéis a serem desempenhados pelos seus membros, num movimento que se iniciou nas últimas décadas do século XIX, para se completar nas primeiras do século seguinte.

O que se observa, então, é que a sociedade brasileira, que no início do século XIX se organizava sob fortes traços patriarcais e a supremacia dos senhores de engenho nordestinos, vê transferir-se para o Sudeste e para os proprietários de fazendas de café a hegemonia sobre o conjunto nacional e, paulatinamente, o surgimento de novas bases para as relações sociais. Segundo análise feita por Gilberto Freyre, na obra *Vida Social no Brasil* no século XIX, os meados do século

constituem época sociologicamente ideal para a interpretação do sistema patriarcal no Brasil, por ter sido um período em que se manifestaram, em seu pleno esplendor, os vários tipos de patriarcalismo brasileiro que podem ser assinalados – o agrário, o pastoril, o urbano – com os sobrados urbanos prolongando o estilo de vida patriarcal desenvolvido nos engenhos, nas fazendas e nas estâncias. Um desses aspectos, o começo de transferência de valores aristocráticos já amadurecidos em casas-grandes já antigas de engenhos do norte do Brasil – de Pernambuco e da Bahia, especialmente – para casas-grandes recentes – como casas-grandes aristocráticas – de São Paulo e de outras partes do Sul do Império”. (Freyre, 2008, 92-93).

Segundo Freyre, portanto, em meados do século XIX o sistema patriarcal brasileiro atinge seu ponto alto, mas é também quando tem início a transferência do centro hegemônico do Norte para o Sul do país e começa uma fase de novas e profundas mudanças sociais.

Para falar sobre elas optamos pela abordagem de alguns aspectos relacionados à urbanização e aos novos papéis femininos. Como foi, em linhas gerais, o início do processo de urbanização? Que mudanças marcaram o estilo de vida das populações urbanas? Como o universo feminino foi afetado pelas mudanças sociais? Vejamos o que dizem os estudiosos que se ocupam da análise desses temas.

Para falar sobre a urbanização no Brasil oitocentista escolhemos texto do livro de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Embora consideremos importante a leitura de todo o capítulo referente à Urbanização no Brasil no século XIX, segue adiante apenas a parte dele que trata dos núcleos urbanos na primeira metade do século XIX, depois, a que analisa as principais mudanças acontecidas na segunda metade do século. Recomendamos, no entanto, que busquem conhecê-lo na íntegra.

## NÚCLEOS URBANOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

No início do século XIX a transferência da sede do Governo português para o Brasil, a abertura dos portos em 1808, rompendo o sistema de monopólios até então em vigor, e finalmente a Independência, criariam novas condições para o processo de urbanização.

Com a Independência, as funções burocráticas e políticas ganharam novo relevo. As capitais das províncias, quase todas, aliás, situadas no litoral, tornaram-se centros político-administrativos importantes, o que daria nova vida a esses núcleos urbanos. A intenção de criar uma elite capaz de governar o país acarretou a fundação de algumas faculdades (Rio de Janeiro, Recife e São Paulo), criando estímulos

novos para a vida urbana. Os fazendeiros começaram a construir casas nas cidades. A Corte tornou-se o grande centro das atrações. A integração do Brasil nas correntes internacionais de comércio, eliminada a mediação portuguesa, numa fase em que o mercado internacional se achava em plena expansão graças ao crescimento da população, à maior distribuição de riquezas e à melhoria do sistema de transportes, daria novo incentivo às funções comerciais dos núcleos urbanos, estimulando o desenvolvimento dos portos.

Não obstante as condições serem mais favoráveis ao processo de urbanização, a partir da Independência as linhas gerais da produção brasileira não foram alteradas. A exportação de produtos agrários continuou a base da economia. Sobreviveram o latifúndio e o trabalho escravo (abolido apenas em 1888). A alta lucratividade da empresa agrária, exportadora, o caráter limitado do comércio interno, a competição estrangeira, inibiram o desenvolvimento das manufaturas. As elites no poder, beneficiando-se da produção agrícola, procuraram manter intacta a estrutura tradicional de produção, revelando-se pouco simpáticas às empresas industriais. Dessa forma, as condições que haviam inibido o desenvolvimento urbano no período colonial continuaram a atuar durante a primeira metade do século XIX. Por isso os viajantes que percorreram o país nessa época continuaram a observar o profundo contraste que havia entre as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, vivam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais.

Segundo descrições da época, a maioria dos núcleos urbanos do interior caracterizava-se por um aspecto descuidado, sendo imprecisos os limites entre a zona rural e a urbana. Boa parte da população vivia em chácaras cujos limites chegavam à cidade. A maioria das casas era construída de taipa, segundo a tradição colonial. Muitas permaneciam fechadas durante a semana, pois os moradores só vinham à cidade aos domingos e dias de festa, quando compareciam às cerimônias religiosas e faziam compras nas lojas e feiras locais. Continuavam, na sua maioria, a viver no campo. Vacas, cabras e cavalos eram frequentemente vistos pastando nas ruas, por entre as pedras toscas do calçamento, em virtude do escasso trânsito urbano. Escravos eram vistos pelas ruas carregando toda sorte de mercadorias ao som de ritmadas canções. As ruas eram o domínio de escravos, mulatos e negros livres.

Nas cidades do interior os únicos edifícios dignos de registro eram as igrejas e conventos, e mais raramente os edifícios da Câmara e da cadeia. O abastecimento de água era precário, ficando os moradores na dependência de poços e chafarizes. Dada a falta de esgotos, os dejetos eram despejados nos ribeirões ou no mar (quando a cidade era litorânea), escorrendo, frequentemente, pelo meio das ruas. A iluminação era precária, prevalecendo o óleo de peixe. Nas noites

de luar a cidade ficava às escuras, iluminada apenas pela luz da lua. Apenas nas cidades mais importantes havia assistência hospitalar e essa era, em geral, fornecida pelas Santas Casas, instituições religiosas filantrópicas, de caráter paternalista, inspiradas na tradição de caridade cristã, típica do catolicismo. Entre seus patrocinadores figuravam representantes dos setores mais ilustres da sociedade local que a amparavam através de doações pessoais ou subvenções estatais, obtidas graças ao seu prestígio junto ao governo. Por sua vez, os patronos das Santas Casas usavam-nas para dar assistência a seus escravos e à sua numerosa clientela. Afora as Santas Casas, era precária a assistência médico-hospitalar nas cidades do interior, faltando médicos e enfermarias [...]

Representando a economia de subsistência um setor importante da produção, as trocas internas continuavam limitadas. Ao longo das estradas, os pousos e vendas faziam concorrência ao comércio urbano. Para os artigos mais elaborados, os fazendeiros recorriam às grandes cidades portuárias, onde os comissários incumbidos da comercialização dos produtos responsabilizam-se pela compra do que lhes fossem necessário, remetendo as mercadorias diretamente para as fazendas. Dessa forma, o artesanato e o comércio dos núcleos urbanos locais continuavam reduzidos.

A população dos núcleos urbanos do interior vivia isolada, ignorante do que se passava no mundo. Apenas os fazendeiros mais importantes freqüentavam periodicamente os grandes centros para tratar de negócios ou em busca de distração, ansiando por um “banho de civilização”. Essa prática se tornaria mais freqüente à medida que os meios de transporte ficaram mais rápidos e a influência da europeização penetrou mais profundamente na alta classe.

A maioria das populações urbanas do interior, no entanto, continuava à margem da história, desprovida de informações [...] A ignorância e o desinteresse resultavam não apenas da falta de comunicações fáceis e rápidas, ausência de correios e jornais que mantivessem informadas pelo menos uma parcela da população. Eram fruto da falta de cultura e de ausência de tradição de participação política, consequência das práticas paternalistas herdadas do período colonial. Por isso, na sua maioria, os habitantes das cidades do interior não tinham visão política muito mais ampla dos que viviam nas áreas rurais vizinhas. Como a população rural, os habitantes dos núcleos urbanos incorporavam-se à clientela dos grandes fazendeiros locais [...]

Na falta de outras formas de comunicação, os mascates e os tropeiros constituíam, na época, o principal veículo de comunicação entre as cidades do interior e o mundo exterior [...] A sociabilidade era reduzida e em geral restrita ao núcleo familiar. A rua continuava a ser domínio de escravos, vendedores ambulantes, rameiras e vagabundos. As mulheres de alta classe não eram vistas nas ruas ou em outros lugares públicos com exceção da igreja.

A igreja continuava a ser o único lugar público em que os representantes de todas as camadas sociais e cores se reuniam, eliminando-se aparentemente as distorções. De fato, no entanto, havia sempre uma separação espacial entre uns e outros, respeitando-se a posição social de cada um. A igreja continuava o centro das atividades públicas. As procissões representavam grande acontecimento. Dentro da igreja enterravam-se os mortos. Na igreja se procediam as eleições. O bimbalar dos sinos marcava os quartos de hora. Grande era o número de feriados religiosos, dias santificados e festejos promovidos pela igreja. O fato de viver na cidade não alterara profundamente a segregação em que a mulher de classe alta vivera nas zonas rurais. Não foram raros os viajantes que, passados os meados do século, ainda estranhavam o costume que os brasileiros tinham de segregarem esposas e filhas. Imperava na cidade como no campo uma severa disciplina patriarcal. Nos grandes centros do litoral, principalmente na Corte ou em São Paulo, onde se fundara a Faculdade de Direito, a mulher gozaria pouco a pouco de maior liberdade, frequentando teatros e bailes, sem escapar, todavia, da rigorosa disciplina patriarcal. Mesmo o hábito de sair às compras, de percorrer as lojas, só se desenvolveria mais tarde, sendo costume das mulheres de classe alta mandarem vir das lojas amostras das mercadorias que desejavam comprar. Exercendo funções exclusivamente domésticas, limitadas no convívio social, reduzidas à convivência com as escravas, era precária, em geral, sua educação, como bem observou Gilberto Freyre. Nos grandes centros havia exceções, principalmente na Corte, onde se reunia o melhor da sociedade da época [...] Mas o contraste era grande entre as ilhas de civilização que eram os grandes centros e os modestos núcleos urbanos do interior das províncias. As mulheres das camadas inferiores gozavam de uma liberdade de circulação e independência desconhecida das que integravam a elite, aparecendo frequentemente como chefe de família, exercendo suas atividades livremente. (p. 185-189).

Na segunda metade do século XIX, ocorrem alguns fenômenos importantes que irão introduzir modificações na estrutura econômica e social do país, contribuindo para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes no sul do país. Em segundo lugar, a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria a mais de 9.000 kms construídos e 15.000 em construção. Finalmente as tentativas, bem sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito.

A partir de 1850, com a cessação do tráfico e o aumento crescente dos preços de escravos, o problema da substituição do escravo pelo trabalhador livre tornou-se mais agudo [...] As dificuldades de obtenção de mão-de-obra estimulariam as tentativas de substituição do escravo



pelo imigrante e provocariam o deslocamento de parte dos escravos das regiões decadentes do nordeste para as prósperas regiões cafeeiras [...] O crescimento do setor assalariado ampliaria o mercado interno, criando uma base para o futuro desenvolvimento industrial

O aperfeiçoamento do sistema de transportes (substituição do transporte em lombo de burro e carro de boi pelas ferrovias, a generalização do uso do navio a vapor, na segunda metade do século XIX) coincide com a demanda crescente de café pelo mercado internacional, acarretando uma especialização crescente da produção cafeeira. Rompia-se a auto-suficiência do latifúndio, o que estimularia o comércio interno, permitindo uma relativa distribuição de riqueza. Desde os meados do século, imigrantes europeus começaram a entrar em número crescente no Brasil, principalmente entre 1870 e 1900, sendo que o período de maior imigração situa-se nos anos que se seguem à abolição. Só o Estado de São Paulo recebeu em pouco mais de um decênio, isto é, entre 1890 e 1901, cerca de 700.000 colonos: italianos, portugueses, espanhóis e austríacos, não contando os de outras nacionalidades.

A maioria dos imigrantes que entraram nessa área foi encaminhada para as lavouras de café, exercendo funções anteriormente desempenhadas pelos escravos. Mais para o sul do país, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, desenvolveu-se um sistema diferente de colonização. Concederam-se aos colonos lotes de terras. Embora o processo tenha sido diferente num e noutro caso, o contingente imigrante contribuiu, tanto numa região, quanto em outra, para o desenvolvimento dos núcleos urbanos e para a ampliação relativa do mercado interno, estimulando as funções urbanas.

No Estado de São Paulo, os imigrantes, assim que puderam, abandonaram as lavouras de café onde vivam em precárias condições. Muitos, desiludidos, voltaram à sua pátria de origem ou emigraram para outras áreas. Outros localizaram-se em núcleos urbanos, onde se dedicaram ao comércio ou artesanato, às manufaturas e aos pequenos serviços. Outros, ainda que originalmente se destinassem à lavoura, preferiram, logo ao chegar, localizar-se nas cidades. Alguns já vieram com o objetivo de se fixar nos núcleos urbanos, como os artesãos e comerciantes ingleses e franceses que se estabeleceram na cidade do rio de Janeiro durante o século XIX.

No Rio de Janeiro, num total de 275.000 habitantes em 1872, 84.000 eram estrangeiros. Em 1890, a população do Distrito Federal alcançava 522.000 habitantes, aproximadamente, dos quais 124.000 eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população. Os estrangeiros dedicavam-se a atividades variadas, desde o comércio de atacado e de retalho até o artesanato [...]

A corrente imigratória tende a se encaminhar para o sul do país, onde se definiu uma política favorável à obtenção de braços para as lavouras (São Paulo, Minas, Rio de Janeiro), ou interessada no

desenvolvimento de núcleos coloniais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) [...] Nas demais regiões do país, a imigração nunca chegou a ser significativa, limitando-se aquelas áreas a receberem um punhado de imigrantes que não chegaram a representar contingente importante no processo de urbanização.

Gilberto Freyre afirma, no livro *Sobrados e Mucambos*, que os imigrantes não tinham preconceito contra o trabalho manual, característico da sociedade brasileira tradicional, e passariam a controlar de maneira crescente o artesanato e o comércio de retalho nos centros urbanos mais importantes. Enquanto isso, os filhos da terra, mesmo os de famílias mais pobres, preferiam os empregos públicos [...] Também é verdade que os imigrantes tiveram papel importante na indústria, tanto na qualidade de empresários quanto na de operários.

Mesmo os imigrantes que permaneceram como trabalhadores nas fazendas de café contribuíram indiretamente para estimular o desenvolvimento dos núcleos urbanos, onde iam vender, às vezes, o excedente dos produtos que cultivavam, com a permissão dos fazendeiros, entre os pés de café, e comprava o que necessitavam [...]

Outro texto sobre a urbanização no Brasil do século XIX, escrito por Maria Ângela D’Incao e publicado no livro *História das Mulheres no Brasil*, completa o de Emília Viotti da Costa ao abordar aspectos da urbanização, associando-os ao perfil burguês que a cidade começa a adotar no século em questão.

Até o início do século XIX não havia no Brasil leis públicas que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades. Os espaços para o abate de animais domésticos e para a lavagem de roupas, as fontes centrais, bem como os terrenos para criação de animais e locais para cortar lenha foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades para a periferia. A arquitetura dos sobrados se desenvolveu fazendo da rua “uma serva da casa”; portas e janelas abriam-se diretamente para ela. Autoridades públicas limitaram o “mau uso” da casa e tenderam a estabelecer uma nova atitude em relação às ruas, agora consideradas “lugares públicos” e que por isso deveriam manter-se limpas. Com isso, o lugar público ganha, então, um significado oposto ao do uso particular.

Claro que para a rua atingir seu novo status muitas restrições são impostas à população. O espaço urbano, antigamente usado por todos em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social etc., começa a ser governado por um novo interesse, qual seja, “o interesse público”, controlado pelas elites governantes. Esse fato propiciou a modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Outra espécie de política pública que vale a pena mencionar é o conjunto de medidas higiênicas tomadas pelo Estado durante o Império. A Faculdade de Medicina tinha sido aberta, e muitas idéias novas sobre higiene e saúde espalhavam-se pouco a pouco entre as



famílias das classes altas. A cidade estava literalmente podre. Pessoas morriam de pragas e de doenças desconhecidas. A adoção dos almotacéis (taxas) de limpeza não teve sucesso completo; entretanto, medidas higiénicas contribuíram para a nova fase da vida social urbana brasileira e o discurso médico colaborou para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral.

Esse conjunto de medidas indica a presença de novos valores em uma sociedade ainda baseada na escravidão e na exploração agrária. E, certamente, não deve ter sido fácil para o governo português implementar idéias europeias nas condições específicas apresentadas pela Colônia.

Mais tarde, já no fim do século XIX e começo do XX, podemos presenciar o processo de modernização do Rio de Janeiro, intensificado pela emergência da República, quando idéias de ser “civilizado” e de europeizar a capital, em oposição à velha cidade da sociedade patrimonial, estão entre as primeiras intenções do novo regime político [...] Juntamente com a transformação física da cidade, surgem novas atitudes em relação às pessoas e situações. A proposta era ser “civilizado, como o eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boêmia sofreram restrições. Na mesma direção, cultos populares e religiosos foram proibidos. A pobreza tornou-se um problema para a capital e não era mais tolerada no centro da cidade; campanhas da imprensa procuraram eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana,

Esse período marcou a passagem das relações senhoriais às relações do tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação. O que se presenciava era a dissolução das formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, família e grupos clânicos, compadrio e tutelagem [...] Com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa. Visto que a cidade tinha se transformado num lugar de interesse público, em que todas as antigas formas de uso foram banidas ou ajustadas à nova ordem, muitas pessoas tiveram de mudar não só o local de residência, mas também as formas de diversão de raízes populares e grupais. Muitas delas e certos cultos religiosos retornaram às casas ou a lugares do centro da cidade. Inevitavelmente, essa nova condição deu um caráter ilegal a muitas das expressões sociais tradicionais, e também impôs uma espécie de restrição tanto à espontaneidade tradicional e cultural de certos grupos, quanto à sua sociabilidade correspondente. (D’ Incao, 2006, p. 223-227).

No volume correspondente ao século XIX da *História da Vida Privada*, Luiz Felipe de Alencastro, autor do texto Vida privada e ordem privada

no império, analisa as mudanças na sociedade brasileira desde que a Corte portuguesa instalou-se no Rio de Janeiro, ressaltando também a influência do modelo francês adotado pela sociedade brasileira.



Da senzala às favelas. (Fonte: Bueno, 2002, p.229).

O estabelecimento do Segundo Império na França (1852-70) dá ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirma o francesismo das elites brasileiras. Francesismo que ia além da cópia das modas parisienses expostas nas lojas da rua do Ouvidor e referia-se, também, à vida rural francesa. A um modo de vida caracterizado por uma cultura camponesa rica [...] Folhetins, operetas e romances vindos da França difundiam no Império a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado [...]

Desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um paradigma de civilidade para a sociedade tropical e escravagista do Império. Impresso em Paris, e publicado pelo editor francês Garnier, estabelecido no Rio e sócio da editora parisiense, de mesmo nome, o *Jornal das Famílias*, cheio de gravuras coloridas francesas e, frequentemente, de contos de Machado de Assis, combinava os costumes franceses com a cultura local.

Daí a influência conjunta, por intermédio de autores franceses e dos círculos francófilos, de três correntes de pensamento e de prática social que, numa certa medida, se completam no cotidiano do Segundo Reinado: o positivismo, o Kardecismo e a homeopatia. O positivismo enfatiza, nos escritos de Auguste Comte, a preeminência da cultura latina e introduz o Império do Brasil no concerto das grandes nações contemporâneas: não era pouca coisa para um país até então vilipendiado por causa do tráfico negro. O Kardecismo aparece como uma religião de brancos que integra o cientificismo e um dos componentes catárticos, liberadores, das religiões afro-brasileiras, o transe. Enfim, a homeopatia incorpora [...] práticas da medicina afro-brasileira e da fitoterapia indígena.

Médicos homeopatas interessam-se pelas curas obtidas mediante sonambulismo e o magnetismo, abrindo a via ao Kardecismo, enquanto os positivistas fazem propaganda da homeopatia. Mudavam as idéias, mudava também a música imperial.

Flauta, rabeça e violão apareciam como os instrumentos europeus mais comuns no país até meados do século XIX. Harpa, cítara e cravo circulavam menos, e o piano só entrara em poucos sobrados do Rio, de Recife e da Bahia, sendo praticamente desconhecido noutras partes. Famílias importantes de senhores de engenho do interior baiano não tinham nem visto um piano até os anos 1850 [...] Uma virada na música e nas danças imperiais sucede (a partir de então) com o aumento das importações de pianos. Como se viu, o Rio de Janeiro recebe nessa época carradas de bens de consumo [...] A mercadoria-fetiche dessa fase econômica e cultural será o piano [...] mais sólidos e menos sujeitos a reparos, os pianos podiam viajar para os trópicos, servindo de frete para os navios estrangeiros que respondiam à explosão da demanda de mercadorias inertes no Império, depois de cessada a importação de mercadorias vivas [...] Desenvolve-se um importante mercado para esse instrumento. Possuíam-se pianos de todo jeito. Comprados à vista, em segunda mão, por meio de crediário, no qual o vendedor aceitava o modelo antigo de entrada para a compra de um novo, ou alugados [...] De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório – as suas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada –, o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou na sede das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo. Vendendo um piano, os importadores comercializavam – pela primeira vez desde 1808 – um produto caro, prestigioso, de larga demanda, capaz de drenar para a Europa e os Estados Unidos uma parte da renda local antes reservada ao comércio com a África, ao trato negreiro”. (Alencastro, 1997, p. 43-47).

O livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, é outro que apresentamos com a sugestão de leitura dos textos que têm como foco a mulher no século XIX (*Maternidade negada; Mulher e família burguesa; Mulheres do sertão nordestino; Mulheres do Sul; Psiquiatria e Feminilidade; Escritoras, escritas, escrituras; Mulheres na sala de aula e Freiras no Brasil; Trabalho feminino e sexualidade*, são títulos dos capítulos cuja leitura recomendamos). Na abertura do capítulo *Mulher e família burguesa*, Maria Ângela D’Incao escreve:

Presenciamos ainda nesse período (século XIX) o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país (p. 222).

Afora o papel reservado à mulher burguesa, que incluía a “segurança” proporcionada pelo casamento e pelos cuidados com a família, longe do trabalho produtivo, o que a nova sociedade reservou às mulheres pobres, imigrantes e ex-escravas? No capítulo *Trabalho Feminino e Sexualidade*, que também compõe a *História das Mulheres no Brasil*, Margareth Rago nos dá algumas respostas. É da sua autoria o texto que transcrevemos a seguir.

### O UNIVERSO DO TRABALHO FEMININO

Italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias, judias, a grande maioria das operárias das primeiras fábricas instaladas no país fazia parte da imigração européia. Fotos conhecidas revelam uma quantidade enorme de moças jovens e brancas trabalhando nas fábricas, especialmente em São Paulo, e os documentos indicam sua nacionalidade estrangeira.

Desde meados do século XIX, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão-de-obra escrava, especialmente depois da



O trabalho feminino na Indústria têxtil.  
(Fonte: [www.cursosjb.com.br](http://www.cursosjb.com.br)).

promulgação da Lei do Ventre Livre e da Abolição dos Escravos. Entre 1880 e 1930, entraram no país cerca de 3,5 milhões de imigrantes. Um terço deles, ou melhor, 1.160.000 eram italianos; 1 milhão, portugueses; 560 mil, espanhóis; mais de 112 mil eram alemães; 108 mil, russos e 79 mil, australianos [...] Esses trabalhadores foram o principal contingente das fábricas que cresciam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A industrialização brasileira teve início no Nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX –



especialmente, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia – e deslocou-se progressivamente para a região Sudeste. Na passagem desse século, o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920. Embora se possa dizer que há um bom número de estudos relativos à história da imigração e da industrialização no Brasil, ainda muito pouco foi feito no sentido de se focalizar a presença feminina nesse processo. Sabemos, entretanto, que era significativo o número de mulheres e crianças imigrantes e que essa força de trabalho, abundante e barata, e a maioria em nossas fábricas. De acordo com o censo, em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens.

De modo geral, um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, que possuíam escassa mecanização; elas estavam ausentes de setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens. Em 1894, dos 5.019 operários empregados nos estabelecimentos industriais localizados na cidade de São Paulo, 840 eram do sexo feminino e 710 eram menores [...] Na indústria têxtil, encontravam-se 569 mulheres, o que equivalia a 677,62% da mão-de-obra feminina empregada nesses estabelecimentos fabris. Nas confecções, havia aproximadamente 137 mulheres. Já em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74 dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças [...]

Apesar do elevado número de trabalhadoras nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões [...]

As pesquisas apontam, portanto, para uma direção totalmente contrária à que imaginamos quando pensamos no impacto da presença feminina na constituição do parque industrial brasileiro. Somos informados de que as mulheres foram progressivamente expulsas e substituídas pela

mão-de-obra masculina no início do século XX. Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho das fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%. O desenvolvimento das indústrias, intensificado pela Primeira Guerra Mundial, que trouxe um aumento de 83,3% da população operária no espaço de treze anos, explica-se pela ampla incorporação do trabalho masculino em detrimento do feminino [...]

As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não aparecem nos jornais de grande circulação do período [...] ao contrário do que ocorre com as imigrantes européias. Contrastando com o texto das notícias que relatavam crimes passionais ou “batidas policiais” nos bordéis e casas de tolerância, nos jornais, as fotos ilustrativas revelavam meretrizes brancas, finas e elegantes, lembrando muitas vezes as atrizes famosas da época.

Normalmente, as mulheres negras são apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania. Na verdade, além de suprir o mercado de trabalho livre com mão-de-obra barata, as elites brasileiras, inspiradas pelas teorias eugenistas que se formularam na Europa e nos Estados Unidos, preocupavam-se profundamente com a formação do “novo trabalhador brasileiro”, cidadão da pátria, disciplinado e produtivo – e, evidentemente, dedicavam muitas horas discutindo “o embraquecimento e o fortalecimento da raça”. Muitos esforços foram feitos para que os imigrantes viessem predominantemente dos países europeus, e “não da Ásia, nem da África”, conforme afirmavam os defensores dessa tese. (p. 580-583).

Além do trabalho nas fábricas de tecidos e das atividades voltadas para a vida doméstica, uma opção oferecida às mulheres pelo mercado de trabalho que começou a organizar-se no final do século XIX foi o magistério. O texto *Mulheres na sala de aula*, também do livro *História das mulheres no Brasil* e escrito por Guacira Lopes Louro, diz respeito ao assunto.

### **O MAGISTÉRIO TRANSFORMA-SE EM TRABALHO DE MULHER**

O abandono da educação nas províncias brasileiras, denunciado desde o início do Império, vincula-se, na opinião de muitos, à falta



de mestres e mestras com boa formação. Reclamavam, então, por escolas de preparação de professores e professoras. Em meados do século XIX, algumas medidas foram tomadas em resposta a tais reclamos e, em algumas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes.

Tais instituições foram abertas para ambos os sexos, embora o regulamento estabelecesse que moças e rapazes devessem estudar em classes separadas, preferentemente em turnos ou até escolas diferentes. Vale lembrar que a atividade docente, no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui, por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759. Posteriormente, foram homens que se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas “aulas régias” – oficiais – quanto como professores que se estabeleciam por conta própria. Agora, no entanto, as mulheres eram também necessárias e as classes de meninas deveriam ser regidas por “senhoras honestas”.

Ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. Mas tal objetivo não foi alcançado exatamente como se imaginava; pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens. Em 1874, por exemplo, relata o diretor geral da instrução que a escola Normal da província do Rio Grande do Sul vinha registrando “um número crescente de alunas, a par da diminuição de alunos” [...]

O mais grave era que tal tendência não parecia ser uma característica apenas dessa província. Em algumas regiões de forma mais marcante, noutras menos, os homens estavam abandonando as salas de aula. Esse movimento daria origem a uma “feminização do magistério” – também observado em outros países –, fato provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens. A presença dos imigrantes e o crescimento dos setores sociais médios provocavam uma outra expectativa com relação à escolarização. Esses fatores e ainda a ampliação das atividades de comércio, a maior circulação de jornais e revistas, a instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente ligados às transformações urbanas, estavam produzindo novos sujeitos sociais tudo concorria para a viabilização desse movimento.

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças. Um dos defensores dessa idéia, Tito Lívio de Castro, afirmava que havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil e, embora

essa semelhança pudesse sugerir uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças, na verdade representava “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa”. Na sua argumentação, mulheres e clero vivam para o passado e, portanto, não poderiam “preparar organismos que se devem mover no presente ou no futuro”.

Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação [...]

Esse discurso justificava a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas – e legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo -, restrito ao lar e à igreja. A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a idéia de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão. Tudo foi muito conveniente para que se construísse a imagem das professoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras”, o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho etc. [...]

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar [...]

Foi também dentro desse quadro que se construiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as solteironas e viúvas. Não há dúvida que esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os seus salários se mantivessem baixos. Afinal

o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como sinal de sua masculinidade [...]

Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saudável – no sentido mais amplo do termo. A esses argumentos iriam se juntar, também, os novos conhecimentos de psicologia, acentuando a privacidade familiar e o amor como indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças. O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina. Tudo o que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma. Como vimos, as atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres. Dessa forma, ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. de algum modo se poderia dizer que os “ofícios novos” abertos às mulheres neste fim de século levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício. (p. 448-454).

## CONCLUSÃO

Com maior projeção nas décadas finais do século XIX, a urbanização permite um olhar sobre as mudanças sociais em curso à época. Até mais ou menos esse período, os núcleos urbanos mantinham o caráter limitado que tinha sido sua marca no Brasil colonial.

Foram as modificações na estrutura econômica e social, cujo início pode ser datado a partir de 1870: abolição da escravatura, desenvolvimento das redes de transportes, imigração, industrialização, que, ao estimularem o processo de urbanização, também ajudaram a criar novas formas de sociabilidade e a mudar também o mundo feminino.

## RESUMO

Diante da abrangência de possibilidades de análise da sociedade brasileira no século XIX, optamos por abordar as mudanças sociais com o foco em duas questões: a da urbanização e a da mulher. No caso da urbanização, é possível acompanhar as linhas gerais das transformações por que passaram os núcleos urbanos entre o começo e o final do século XIX, como a adoção de medidas higiênicas, a normatização dos espaços públicos, os novos hábitos culturais, etc. Já no que diz respeito à mulher, embora tenhamos selecionado textos com foco no trabalho, sugerimos a leitura de outros que vão indicados nas referências.





## ATIVIDADES

1. Compare a descrição dos núcleos urbanos na primeira e na segunda metade do século XIX e faça uma relação das mudanças indicadoras do avanço da urbanização.
2. Faça um resumo do texto o universo do trabalho feminino.
3. Comente o texto que trata do magistério como trabalho da mulher.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada: Império**. v 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. – 8 ed. – São àulo: Contexto, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. – 39 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIACCOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava: Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LEITE, Míriam Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. – 8 ed. – São àulo: Contexto, 2006.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada: Império**. v 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PRIORE, Mary Del (org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.